

Angola deve ter organismo para vigiar compliance nas empresas

A excessiva interferência do poder político nas empresas públicas e a falta de cultura de divulgação de contas são factores de risco que geram receio nas empresas que levam a sério o cumprimento normativo, concluíram os participantes no 1.º Congresso de P

Angola deve ter “regras restritas de compliance”, adaptadas à realidade nacional, e organismos de regulação que garantam o seu cumprimento, não só no sector empresarial privado, mas também público. Estas foram algumas das conclusões do 1.º Congresso de Profissionais de Compliance em Angola, organizado pela Associação Mundial de Compliance (AMC), que, na terça e quarta-feira, reuniu dezenas de profissionais que garantem o cumprimento normativo em Angola.

As multinacionais têm tido um papel importante na introdução de compliance em pequenas e médias empresas, como reconheceram os oradores de um dos painéis do segundo dia. O painel contou com a presença de Michael Munro, especialista anti-corrupção dos EUA, escolhido em 2016 para implementar um novo programa de compliance na Odebrecht, após o escândalo da Lava Jato, no Brasil.

Reconhecendo que vai demorar tempo até apagar a mancha criada pelo envolvimento da empresa brasileira em casos de suborno e corrupção em, pelo menos, 12 países – que levou à aplicação de uma multa de 2,6 mil milhões USD nos EUA – a Odebrecht é, segundo Munro, o exemplo de que as empresas, assim como as pessoas, mudam. A empresa substituiu as suas chefias, introduziu um sistema de compliance mais apertado, melhorou a sua linha de ética e denúncia e aplicou uma política de “tolerância zero” à corrupção, que está a servir de exemplo no Brasil. (Expansão)

Por: Isabel costa Bordalo

Fuente: *Portal de Noticias Nova Africa*